



Frente protocola mandado de segurança no STF contra Reforma Administrativa

A Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) para suspender a tramitação da Reforma Administrativa (PEC 32/2020) na Câmara dos Deputados, alegando que o Governo Federal não abriu os dados que embasaram a Proposta de Emenda à Constituição.

O pedido foi feito em 12/02, por meio do Mandado de Segurança nº 37.688, proposto com pedido de liminar contra atos do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), e do ministro da Economia, Paulo Guedes. O objetivo é que Lira suspenda o andamento da PEC 32/2020, que já está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), até que sejam publicados todos os documentos que instruíram o texto.

A Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público alega que uma PEC como essa precisa ser amparada por estudos, e sustenta que, sem os dados, não há como os parlamentares discutirem o texto.

O site criado pelo Ministério da Economia para, supostamente, dar acesso a estudos e pareceres que

subsidiaram a PEC 32/2020 traz informações incompletas e insuficientes para o debate sobre a administração pública. Dessa forma, o direito ao devido processo legislativo fica violado, já que os parlamentares não tiveram acesso aos documentos que instruíram a PEC, imprescindíveis à adequada apreciação e legítima votação de Reforma Constitucional.



Em Carta Aberta lançada em 01/02 pela Auditoria Cidadã da Dívida e assinada por outras 69 entidades, o mesmo argumento foi alegado: que a Reforma Administrativa não pode tramitar no Congresso Nacional ou ser submetida a votação sem o completo conhecimento do projeto.

Autoridades do Governo Federal têm afirmado que a PEC 32/2020 representa apenas a "Fase 1" de um projeto de "profunda transformação do Estado" cujo inteiro teor é completamente desconhecido e temerário. O governo limitou-se a informar que haverá outras etapas e futuros projetos de leis infraconstitucionais, mas não revelou o seu conteúdo à sociedade ou aos parlamentares, de forma transparente, como deveria, sendo esta prática uma ofensa ao princípio constitucional da publicidade dos atos da administração pública.

A Reforma Administrativa propõe o fim da estabilidade para servidores, desobrigação de realização de concursos públicos, redução das remunerações de ingresso no serviço público, extinção de vários planos de carreiras, além de outras mudanças. O texto encaminhado pelo Poder Executivo, que não tem previsão de impacto orçamentário e financeiro, provoca mudanças profundas para os futuros e atuais servidores. São alterações significativas nos direitos e nas prerrogativas do funcionalismo.



OdontoGroup

O SINTFUB oferece aos seus filiados um plano odontológico com ampla cobertura em todo o Distrito Federal e mais 16 estados, além de urgência e emergência disponível 24 horas por dia. O plano custa apenas R\$ 24,90 por mês e pode ser adquirido na sede do sindicato. Para mais informações, ligue:

- (61) 99838-5074 (Tânia)
- (61) 99602-8941 (Júlia)



Parecer da PEC Emergencial não prevê redução salarial dos servidores



Após ampla mobilização dos servidores públicos, a PEC Emergencial (PEC 186/2019) teve seu texto desidratado e ficará quase restrita à medida que vai abrir a possibilidade do Governo Federal pagar uma nova rodada do auxílio emergencial. A PEC deve ser votada na próxima quinta-feira (25/02), a depender de um acordo entre as bancadas.

Na última sexta-feira (19/02), o senador Márcio Bittar (MDB-AC), relator do texto encaminhado há mais de um ano ao Congresso, entregou seu parecer ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG). O relatório de Bittar estabelece gatilhos para congelar despesas da União, dos Estados e dos Municípios, quando os gastos atingirem 95% da arrecadação. Nesse caso, os gestores públicos não poderiam aumentar salários ou realizar novas contratações. A intenção é fixar esse dispositivo na Constituição para os próximos anos.

Vitória dos servidores

O relatório **não traz a possibilidade de redução de salário e jornada de trabalho no funcionalismo público** como um dos gatilhos a serem aprovados, como queriam Bolsonaro e Paulo Guedes.

A retirada desse item foi fruto das intensas mobilizações e pressões das entidades classistas dos servidores públicos sobre os parlamentares.

Organizadas pelo Fonasefe, as entidades têm denunciado e atacado a possibilidade de redução de salários e jornadas e também a proposta de Reforma Administrativa (PEC 32/2020). Neste momento de pandemia, em que mais se precisa dos serviços públicos (tanto para pagar o auxílio emergencial, quanto para atender a população nos hospitais), reduzir o seu atendimento com uma queda na jornada dos servidores e retirar dinheiro de circulação da economia com uma redução de salários é uma receita que vai agravar a crise.

Mobilização deve continuar

Apesar dessa retirada momentânea da possibilidade de redução de jornada e salário dos servidores, a mobilização deve continuar, pois a equipe econômica de Bolsonaro não desistiu de aprovar a medida e ela pode voltar a ser pautada dentro da Reforma Administrativa (PEC 32/2020), que está em tramitação na Câmara Federal.

Auxílio emergencial

A cúpula do Congresso quer aprovar a PEC Emergencial para destravar uma nova rodada do auxílio emergencial, que deve ser feita sem redução imediata de despesas e com aumento do endividamento da União.



Márcio Bittar, relator da PEC 186

O valor do benefício não estará na PEC. O governo fala em quatro parcelas de R\$ 250,00, enquanto o Congresso busca aumentar esse valor para R\$ 300,00 mensais. O que a proposta vai trazer são mecanismos para dar base jurídica a uma nova despesa após o fim do estado de calamidade pública.

Depois da votação no Senado, a medida ainda precisa ter o aval da Câmara dos Deputados. Por ser uma Emenda Constitucional, o texto não depende de sanção do presidente Jair Bolsonaro, mas apenas de promulgação pelo Congresso Nacional.

O retorno do auxílio emergencial para os mais pobres, no valor mensal de R\$ 600,00 (e R\$ 1.200,00 para mães solteiras) enquanto durar a pandemia, também é uma reivindicação do movimento sindical.



O SINTFUB oferece aos seus filiados um plano de saúde com ampla cobertura em todo o Distrito Federal e cidades do entorno, além de urgência e emergência em todo o país. O plano tem valores a partir de R\$ 171,26 por mês e pode ser adquirido, sem taxa de adesão, na sede do sindicato. Para mais informações, ligue:

- (61) 99838-5074 (Tânia)
- (61) 99602-8941 (Júlia)

